



Ministério do Turismo
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SEPS - Quadra 713/913 - Bloco D - Edifício Iphan, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70390-135
Telefone: (61) 2024-6022 - <http://www.iphan.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 01458.000225/2019-79

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Contínuados
Atualização: Agosto/2019

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços especializados em manutenção de equipamentos fotográficos, tais como: limpeza geral, correções necessárias, revisão nos CCDs, nas lentes, nos leitores, nos visores das câmeras, ajuste de focos e íris das lentes. Verificação e correção dos conectores, correção e controle das tensões de alimentação, calibração, atualização de software, lubrificação, retirada de fungos nas câmeras, lentes, flashes e fotômetros, dos bens pertencentes à Unidade Centro de Documentação do Patrimônio – CDP/DECOF conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Instrumento.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Tendo em vista que nos últimos anos a unidade adquiriu equipamentos para o Núcleo Fotográfico do Centro de Documentação do Patrimônio – DECOF- Rio de Janeiro, como câmeras, lentes e flashes e que os mesmos nunca tiveram uma manutenção adequada, verifica-se a necessidade de contratação de serviço especializado, a fim de proceder com a realização de limpeza nos referidos materiais, possibilitando assim, a apresentação de trabalhos com qualidade, uma vez que, as lentes com a presença de fungos e câmeras digitais com sujeiras nos CCDs, por exemplo, prejudicam a captura de imagens o que é a finalidade dos equipamentos fotográficos.

2.2. Os itens 01 a 12 foram agrupados em **Grupo Único** levando-se em conta a sua natureza semelhante, podendo ser fornecidos por diversos estabelecimentos do ramo, a fim de estimular o interesse na participação do certame, uma vez que o valor global torna-se mais atrativo, bem como a possibilidade do ganho de escala sobre o valor global, atendendo-se aos princípios da economicidade e da competitividade. Ademais, a redução no número de empresas a serem contratadas visa diminuir o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e ainda preservar o máximo possível a rotina de atividades da unidade, que poderiam ser afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos materiais por diferentes fornecedores.

2.3. Por se tratar de serviços que apresentam pequena quantidade de itens a serem contratados, julga-se por bem realizar o agrupamento. Tal medida visa evitar que o procedimento licitatório venha a se tornar deserto para diversos itens por desinteresse do mercado em participar de certame para prestação de serviços que demande pouca quantidade, cuja adjudicação apresentará baixo valor.

Grupo Único/Itens	Código SIASG	Descrição	Quantidade
		CÂMERAS	
1	17930	CÂMERA NIKON D90 - Limpeza no CCD e geral/conserto sapata do flash	1
2	17930	CÂMERA NIKON D200 - Limpeza no CCD e geral	1
3	17930	CÂMERA NIKON D3X – Limpeza no CCD e revisão geral	1
4	17930	CÂMERA NIKON D3X – Correção visor traseiro da câmera que não aparece as fotos.	1
5	17930	Câmera Nikon F5 Revisão geral limpeza -	1
		LENTEs	
6	17930	AFSK-NIKOR 24-70mm - Revisão/limpeza geral/remoção de fungos/manuseio	1
7	17930	AF-S NIKOR 14 -24mm Revisão/limpeza e regularização de foco e ajuste no manuseio	1
8	17930	AF MICRO-NIKON 60MM – Substituir suporte do encaixe dos filtros. 1º e 2º tubo interno do mecanismo do auto focus com respectivos roletes guias.	1
9	17930	SIGMA 70-200MM 2.8 EX - Revisão/limpeza geral/remoção de fungos/manuseio	1
		FLASHES	
10	17930	NIKON SPEEDLIGHT SB 910 - Revisão/limpeza geral/remoção de fungos/manuseio	1
11	17930	NIKON SPEEDLIGHT SB 910 - Correção no circuito queimado tampa lateral com problema de fixação	1
		FOTÔMETROS	
12	17930	KONICA MINOLTA – Correção no leitor com tampa quebrado e no visor	1

O quantitativo demandando baseia-se na quantidade de materiais que o IPHAN possui, sendo de um quantitativo por item.

3. DA METODOLOGIA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação enquadra-se na modalidade de bem comum para fins do disposto no art. 1º do Decreto nº 3.555/00, no art. 1º do Decreto 10.520/2002 e no art. 4º do Decreto nº 5.450/2005.

3.2. A licitação será realizada em GRUPO ÚNICO/MENOR PREÇO, conforme TABELA 1 deste Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens do grupo de acordo com as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

3.3. Os valores ofertados pelos Fornecedores não poderão ultrapassar àqueles orçados pelo Centro Lucio Costa que passam a ser tratados como VALOR MÁXIMO.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Em conformidade com o inciso I, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 o processo licitatório é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

A contratação ocorrerá por demanda, unicamente nas datas e meses programados podendo ocorrer adiamento da programação sem ônus para a CONTRATANTE desde que a CONTRATADA seja informada com a antecedência de até 2 (dois) dias úteis.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. CUSTO ESTIMADO E QUANTIDADE DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE CÂMERAS, LENTES, FLASHES E FOTÔMETROS

4.1. A garantia dos serviços contidos na tabela 1, deverão ter validade de no mínimo 3 (três) meses.

Grupo Único/Itens	Código SIASG	Descrição	Quantidade	Pesquisa de Preço			Valor Total Mediano
		CÂMERAS		Preço 1	Preço 2	Preço 3	
1	17930	CÂMERA NIKON D90 - Limpeza no CCD e geral/conserto sapata do flash	1	600	620	650	623,33
2	17930	CÂMERA NIKON D200 - Limpeza no CCD e geral	1	610	650	670	643,33
3	17930	CÂMERA NIKON D3X – Limpeza no CCD e revisão geral	1	1.405	1.480	1.495,00	1.460,00
4	17930	CÂMERA NIKON D3X – Correção visor traseiro da câmera que não aparece as fotos.	1	2.510	2.510	2.590,00	2.536,66
5	17930	Câmera Nikon F5 Revisão geral limpeza -	1	750	780	780	770
		LENTES					
6	17930	AFSK-NIKOR 24-70mm - Revisão/limpeza geral/remoção de fungos/manuseio	1	685	700	715	700
7	17930	AF-S NIKOR 14 -24mm Revisão/limpeza e regularização de foco e ajuste no manuseio	1	2.000,00	2.020	2.060,00	2.026,66
8	17930	AF MICRO-NIKON 60MM – Substituir suporte do encaixe dos filtros. 1º e 2º tubo interno do mecanismo do auto focus com respectivos roletes guias.	1	2.300,00	2.330,00	2.340,00	2.323,33
9	17930	SIGMA 70-200MM 2.8 EX - Revisão/limpeza geral/remoção de fungos/manuseio	1	695	700	715	703,33
		FLASHES					
10	17930	NIKON SPEEDLIGHT SB 910 - Revisão/limpeza geral/remoção de fungos/manuseio	1	690	690	710	696,66
11	17930	NIKON SPEEDLIGHT SB 910 - Correção no circuito queimado tampa lateral com problema de fixação	1	1090	1100	1130	1106,66
		FOTÔMETROS					
12	17930	KONICA MINOLTA – Correção no leitor com tampa quebrado e no visor	1	805	845	855	835
TOTAL							
R\$ 14.424,93							

4.2. Após consulta no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e não obter êxito a fim de localizar licitações, contratações nos moldes de contratação para este Termo de Referência, a pesquisa de preço constante na tabela 1, abaixo, foi efetuada diretamente com os fornecedores, atendendo ao Inciso IV, Art. 2º da Instrução Normativa 05/2014 do MPOG.

5. DA PESQUISA DE PREÇO

- 5.1. Em atendimento a IN Nº 05, de 27 de junho de 2014, que dispõem sobre os procedimentos administrativos para pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral:
- 5.2. Optou-se pelo quarto parâmetro do Art. 2ª da INº 05, pesquisa de fornecedores, devido à especificidade do objeto deste referido Termo de Referência.
- 5.3. Tabela de preços praticados no mercado para os serviços "item 1", objeto do Termo de Referência.
- 5.4. Neste sentido, constata-se que o menor valor para a contratação é na monta de R\$ 14.140,00 (quatorze mil cento e quarenta reais) apresentado pela empresa. Quanto ao preço verifica-se ainda, que o valor está compatível com os valores praticados no mercado.

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. 5.1. Com objetivo de identificar e padronizar os termos que serão utilizados no relacionamento entre a Contratante e a Contratada, os quais visam atender a conveniência da organização dos serviços a serem executados, fica estabelecida a adoção do seguinte conceito e definição:

6.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

Consiste na limpeza, manutenção geral dos equipamentos e acessórios, inclusive com revisão geral para verificação de possíveis defeitos e correção com análise de possíveis desgastes das peças e componentes, visando um perfeito funcionamento de todo mecanismo, emitindo relatório final de cada preventiva e/ou quando for encontrada alguma irregularidade, ou seja, é a remoção de qualquer corpo indesejável de uma superfície, sem alteração das características originais do objeto que está sendo tratado. O processo deve utilizar técnicas não nocivas ao meio ambiente, que não afetem a saúde das pessoas. Para atingir este objetivo é necessário o consumo eficiente de recursos materiais, garantindo o mínimo e adequado descarte na natureza, reduzindo os impactos ambientais, utilizando critérios de sustentabilidade.

7. 6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- 7.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados por profissionais habilitados, bem como observar as recomendações do fabricante das câmeras, lentes, flashes e fotômetros;
- 7.3. A CONTRATADA será contatada conforme necessidade detectada pelo CONTRATANTE em dia e horário a ser estabelecido, que consistirá na execução de serviços necessários ao perfeito funcionamento das câmeras, lentes, flashes e fotômetros.
- 7.4. A correção preventiva deverá ser efetuada em até 3 (três) dias após a comunicação por e-mail e a emissão da Nota de Empenho.
- 7.5. A retirada das câmeras, lentes, flashes e fotômetros para manutenção e limpeza em laboratório próprio, caso necessário, somente será realizado sob a autorização da CONTRATANTE. Neste caso, todas as despesas relativas ao transporte, embalagens, e outros, quando da retirada/devolução das peças e/ou das câmeras, lentes, flashes e fotômetros do local de instalação correrão por conta da CONTRATADA, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avaria causados aos mesmos ou a terceiros;
- 7.6. As câmeras, lentes, flashes e fotômetros removidos pela CONTRATADA deverão ser devolvidos no prazo máximo de até 05(cinco) dias;
- 7.7. Deverão ser efetuados todos os testes em todas as solicitações do serviço;
- 7.8. A CONTRATADA será responsável pelo deslocamento dos seus técnicos às dependências do CONTRATANTE.

7.9. O serviço dar-se-á por demanda, sendo executado por ordem de serviço, podendo ser solicitado unitariamente ou não, conforme as necessidades do IPHAN.

8. **7. REGRAS GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

8.1. A CONTRATADA deverá prestar atendimento “on-site”, ou seja, deverá comparecer ao Centro Lucio Costa – Escola do Patrimônio sediada na Avenida Presidente Vargas, 3131, sala 1401, Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ, para a realização dos serviços;

8.2. O horário de atendimento deve ser de 10:00 às 17:00h de segunda a sexta-feira a ser agendado com a CONTRATANTE;

8.3. A retirada das câmeras, lentes, flashes e fotômetros para manutenção e limpeza em laboratório próprio, caso necessário, somente será realizado sob a autorização da CONTRATANTE. Neste caso, todas as despesas relativas ao transporte, embalagens, e outros, quando da retirada/devolução das peças e/ou das câmeras, lentes, flashes e fotômetros do local de instalação correrão por conta da CONTRATADA, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avaria causados aos mesmos ou a terceiros;

8.4. As câmeras, lentes, flashes e fotômetros removidos pela CONTRATADA deverão ser devolvidos no prazo máximo de até 05(cinco) dias;

8.5. Deverão ser efetuados todos os testes em todas as solicitações do serviço;

8.6. A CONTRATADA será responsável pelo deslocamento dos seus técnicos às dependências do CONTRATANTE.

9. **8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários;

9.2. A garantia dos serviços aplicados, serão de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão da nota fiscal;

9.3. Se as câmeras, lentes, flashes e fotômetros vierem apresentando o mesmo defeito dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contagem desse prazo será reiniciada, a partir da data em que os equipamentos forem colocados novamente em operação;

10. **9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo CONTRATANTE no prazo de 02 (dois) dias úteis.

10.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

10.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante Termo Circunstanciado.

10.4. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços prestados

11. **10. VISTORIA**

11.1. As empresas interessadas em participar da licitação poderão proceder à vistoria no local onde será executado o serviço – ocasião na qual será firmada a declaração, examinando os equipamentos, tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

11.2. A vistoria deverá ser marcada e realizada em dias úteis, das 10:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h, devendo ser efetivada até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, nos seguintes contatos:

ÓRGÃO	Telefone	SETOR RESPONSÁVEL	Endereço
IPHAN/Centro de Documentação do Patrimônio - DECOF	(21) 2215-5155/5479	Núcleo de Fotografia/ Centro de Documentação do Patrimônio/Oscar Liberal (servidor responsável)	Av. Presidente Vargas, nº 3131, sala1402 - Cidade Nova - RJ - CEP: 20.230-911

12. 11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O Termo Contratual ou instrumento equivalente, terá prazo de execução e vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura e poderá findar antecipadamente com prestação antecipada dos serviços contratados aprovados pela CONTRATANTE através de ateste do servidor responsável pela demanda;

12.2. A proposta da empresa ficará vinculada ao Termo Contratual, aos termos da licitação e das especificações constantes deste Termo de Referência de forma complementar e inseparáveis.

13. 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1. As despesas para serviços de ocorrerão advindas dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2019, conforme a classificação abaixo:

Programa: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

Ação: 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Plano Orçamentário: EMENDA DE COMISSÃO - 50040002

PTRES: 159947

14. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

14.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte: a necessidade de que a empresa contratada tenha experiência comprovada por meio de atestados de capacidade técnica. A empresa deverá ter representante na cidade do Rio de Janeiro ou comprovar através de declaração que providenciará a criação em no máximo 90 (noventa) dias ou possuir representante em um raio de no máximo 100 (cem) quilômetros da unidade do IPHAN no Rio de Janeiro.

14.2. A empresa que prestar os serviços deverá utilizar as práticas de sustentabilidade previstas na NBR 14001 que *"é uma norma aceita internacionalmente que define os requisitos para colocar um sistema da gestão ambiental em vigor. Ela ajuda a melhorar o desempenho das empresas por meio da utilização eficiente dos recursos e da redução da quantidade de resíduos, ganhando assim vantagem competitiva e a confiança das partes interessadas."*

14.3. O prazo inicial do contrato será de 12 meses.

14.4. O licitante tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção,

certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

15.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

15.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

15.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

16.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.5. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

16.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

16.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

16.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

16.13. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

16.14. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

16.15. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

17. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

18. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

19.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

19.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

19.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

19.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

19.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

19.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

19.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

19.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

19.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

19.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.18.

20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

20.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

20.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

20.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

20.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise

do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

20.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.8. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

20.9. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

20.12. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

20.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

20.14. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

20.15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

20.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

20.17. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

20.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

21.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

21.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

21.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

21.7. o prazo de validade;

21.8. a data da emissão;

21.9. os dados do contrato e do órgão contratante;

21.10. o período de prestação dos serviços;

21.11. o valor a pagar; e

21.12. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

21.14. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

21.15. não produziu os resultados acordados;

21.16. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

21.17. deixou de utilizar os materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

21.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.19. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

21.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

21.21. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

21.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.23. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

21.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

21.25. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

21.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

21.27. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

21.28. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

21.29. $EM = I \times N \times VP$, sendo:

21.30. EM = Encargos moratórios;

21.31. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

21.32. VP = Valor da parcela a ser paga.

21.33. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

21.34. (TX)	I =	21.35. I =	21.36. (6 / 100)	21.37. I = 0,00016438
			21.39. 365	21.38. TX = Percentual da taxa anual = 6%

22. REAJUSTE

22.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
23.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.5. comportar-se de modo inidôneo; ou

23.6. cometer fraude fiscal.

23.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

23.8. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.9. **Multa de:**

23.10. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.11. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.12. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.13. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

23.14. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

23.15. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.16. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.17. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

23.18. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

23.19. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.20. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.21. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência	03

	formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.22. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.23. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.24. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.25. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.26. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.27. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.28. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.29. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.30. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.31. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.32. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.33. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.34. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 06 de Dezembro de 2019.

Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha

Assistente Institucional III -Centro de Documentação do Patrimônio - CDP

Departamento de Cooperação e Fomento - DECOF

Matrícula: 0223803



Documento assinado eletronicamente por **Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha, Assistente Institucional**, em 09/12/2019, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lima Silva Pereira, Auxiliar Institucional**, em 11/12/2019, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1662811** e o código CRC **B8F74DC3**.

Referência: Processo nº 01458.000225/2019-79

SEI nº 1662811